

Ministro alerta para traição à nova Carta

BRASÍLIA — Para um dos ministros mais próximos do presidente, "tem gente querendo descumprir a Constituição, pensando em projetos pessoais, com a antecipação ou adiamento das eleições presidenciais".

Em entrevista à Agência Estado, ontem, citou nominalmente os governadores Orestes Quércia, de São Paulo, e Newton Cardoso, de Minas Gerais, além do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Já o ministro Antônio Carlos rebate a acusação com o mesmo argumento; "Querem desvirginar a Constituição antecipando as eleições". Admitindo a crise, o ministro disse: "Se é para termos eleições, que sejam gerais e não somente para presidente".

O ministro Prisco Viana, da Habitação, defende um amplo entendimento com a participação do governo, partidos políticos, líderes partidários no Congresso e não apenas empregadores e trabalhadores. Segundo ele, a situação econômico-financeira está "muito abalada" e com isto surgem rumores pessimistas, colocando em risco a política do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. "Só com entendimentos combateremos a inflação e garantiremos o calendário político-eleitoral fixado pela nova Constituição", disse Prisco.

Para o ministro Roberto Cardoso Alves, da Indústria e Comércio, a antecipação de eleições presidenciais ou a mudança do sistema de governo apenas fazem parte do "clima de crise e de boatos, uma coisa louca". Descartou qualquer descumprimento à Constituição, classificando as sugestões de "besteiras", e desafiou os críticos do governo a apresentarem sugestões positivas porque "não existem fórmulas mágicas para se combater a crise".

O ministro, que é amigo do presidente, reconheceu a gravidade do quadro sócio-econômico, observando que o governo está sem credibilidade, mas as sugestões de antecipar ou adiar as eleições presidenciais ou a implantação do Parlamentarismo, como medida de emergência, representariam um retrocesso institucional e a interrupção do período de transição.

COMISSÃO

O presidente José Sarney recebeu ontem a sugestão de um ministro de Estado para formar, com urgência, um grupo ideologicamente heterogêneo, onde tenham participação Delfim Neto, Afonso Pastore, Mário Simonsen, Luís Gonzaga Belluzzo, Carlos Guilherme Motta, Roberto Campos, capazes de "em dois ou três dias" apontar soluções objetivas e claras para a crise econômica.

Só emenda mudará sistema de governo

BRASÍLIA — Se a solução para a crise tiver de passar por mudanças no sistema de governo, com a adoção do sistema parlamentarista ou por antecipação da eleição presidencial, a nova Constituição terá de ser alterada.

Qualquer alteração deverá ser feita por meio de emenda, hoje mais fácil de ser apresentada e aprovada do que sob a Constituição anterior, que exigia apoio de dois terços dos deputados e dos senadores para a apresentação e voto favorável de dois terços da Câmara e do Senado para a aprovação.

Pela nova Constituição, para a apresentação basta o apoio de um terço dos integrantes de uma ou de outra casa do Congresso e, para a aprovação, bastam os votos favoráveis de três quintos da Câmara (287 deputados) e do Senado (44 senadores).

A mudança no sistema de governo obrigaria a alteração profunda nos capítulos referentes aos poderes Legislativo e Executivo, mas para a antecipação das eleições presidenciais bastaria modificar o artigo 4º das disposições transitó-

rias, que estabelece o mandato de Sarney.

Só uma coisa não implicaria mudança na Constituição: a renúncia do atual presidente. Nesse caso, por força do artigo 81 da Constituição, o novo presidente seria eleito pelo Congresso Nacional 30 dias depois da abertura da vaga.

SEM CRISE

O Congresso Nacional, esvaziado pela campanha eleitoral, parecia ontem inteiramente alheio à crise. A Câmara, com presença anunciada, de 48 dos 487 deputados, fez uma sessão de apenas 18 minutos. Poucos deputados passaram pelos microfones, mas nenhum se referiu à crise. Denisar Arnelo (PMDB-RJ) reclamou dos cortes de verbas do DNER; Adolfo Oliveira (PL-RJ) protestou contra a forma pela qual o TRE do Amazonas está aplicando a lei da propaganda eleitoral; Eliel Rodrigues (PMDB-PA) falou sobre o Dia do Aviador; e Jofram Frejat (PFL-DF) apresentou projeto de lei concedendo isenção de imposto de renda a várias categorias profissionais. No Senado, não houve número para a abertura da sessão. Estavam na casa 14 dos 72 senadores.